

Três em Um: Defesa Nacional, Europeia, TransAtlântica

Maria do Rosário Moraes Vaz

O ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal considerou, após o Conselho Europeu da Feira (Junho de 2000), que um ponto fulcral para o sucesso da PESD - ou PECSD, como chegou a designar-se antes de perder de vez o «C» de comum - a definição dos mecanismos de compatibilização da estrutura de defesa europeia com a Nato, particularmente importante para dissipar ansiedades relativamente à complementaridade, sempre afirmada, entre a defesa europeia e a Aliança Atlântica, ficara no essencial resolvido a contento de todos. Em Outubro de 2002, porém, o Alto Representante para a PESC e Secretário-Geral do Conselho exprimia ainda o voto de que as reuniões União Europeia/Nato pudessem passar rapidamente da guerrilha institucional à fase produtiva - os termos não são, obviamente, os usados por Javier Solana.

Tal como resulta do entendimento franco-britânico (ou anglo-francês) que esteve na génese da PESD, as decisões de Helsínquia (Dezembro de 1999) confirmam uma colocação eminentemente prática da política de defesa europeia: tratava-se em primeiro lugar de dotar a União Europeia dum corpo de 60,000 efectivos - que deverá ser declarada plenamente operacional em meados de 2003, com mobilidade e auto-sustentação suficiente para intervir autonomamente da Nato (ou seja, prescindir dos meios dos Estados Unidos), e constituir ao mesmo tempo um reforço do « pilar europeu » da Nato no plano militar. A Inglaterra - cujas forças armadas são há mais tempo inteiramente profissionais e são também hoje proporcionalmente as mais capazes de intervir em teatros europeus ou extra-europeus entre os países da União, sem que a parte dos gastos militares no pib seja significativamente superior à da França - é a principal mentora da atitude que fez decorrer os arranjos políticos e os mecanismos institucionais do objectivo de constituição num prazo relativamente curto de uma força operacional autónoma, e não o contrário.

Esta forma de pôr as coisas e de procurar encurtar caminho, aliás apenas parcialmente conseguida, não evitou porém que as questões a que se pretendia atalhar tivessem de ser colocadas. Se a União Europeia fixou um objectivo prático e lhe associou uma meta temporal, num exercício de voluntarismo destinado a produzir um efeito de aceleração, formula-se hoje a exigência, dentro e fora da Europa, de que a União Europeia adopte, para além da sigla hermética e da constituição de uma força militar operacional e sustentável, uma real política de segurança e defesa, assente num conceito estratégico comum, que assegure solidez e coerência ao seu estatuto e amplie as possibilidades de desempenhar um papel mundial compatível com a sua estatura de potência económica. A compatibilidade - anunciada e real - entre a defesa europeia e a Nato é função tanto da vontade dos países intervenientes como da ordem natural das coisas, inclusive no que se refere à relação transatlântica. Assente na defesa territorial e colectiva, a Nato evoluiu *de facto* e primordialmente, com a intervenção na Bósnia, para missões genericamente abrangidas pela expressão operações de paz, que são fundamentalmente as mesmas que a União Europeia admite sob a codificada designação de missões de Petersberg (potencialmente extensíveis, a curto prazo, a missões de defesa mais bem designada como colectiva em caso de agressão terrorista).

Os meios e os efectivos necessários no ponto de vista da planificação militar geral da Aliança tenderão inevitavelmente, dada esta coincidência, a ser cada vez mais

os mesmos aos necessários a uma estrutura de defesa europeia. Ambas as forças de intervenção em resolução de crises (a Força de Reacção Rápida da Aliança ressuscitada em vésperas da cimeira de Praga à dimensão modesta de 21 mil homens e a Força de Reacção Rápida Europeia), receberam o mesmo nome e serão compostas essencialmente pelos mesmos efectivos, que actuarão sob um ou outro «rótulo» de acordo com as circunstâncias.

É importante salientar, quando se reaviva o velhíssimo debate sobre contributos e se menorizam os europeus porque não podem (não querem, de facto, nem deveriam querer) fazer disparar as despesas com a defesa para níveis incomportáveis, que os países da União Europeia - e mesmo a União no seu conjunto - não têm de decalcar em escala reduzida o modelo militar americano. Nem têm latitude orçamental (mesmo que, como foi recentemente sugerido pelo governo italiano, parte dos gastos com a defesa ficassem de fora do crivo exigido pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento) nem vocação doutrinária para isso. Muito menos se podem multiplicar modelos nacionais que sejam outras tantas miniaturas (de tamanho, ambição e capacidade muito diferente, para mais) de exércitos perfeitos dotados de toda a panóplia dos meios possíveis, sob pena de se entrar numa duplicação monumental sem eliminar mesmo assim o risco de insuficiência face a riscos ou situações de crise que podem e devem ser enfrentados em conjunto.

Quando exclusivamente da defesa colectiva do território se tratava, a planificação nacional dos membros da Nato tinha em conta, na estruturação das forças e nos programas de aquisição de material militar, os vários contributos aliados em meios e em forças e a planificação geral - e do mesmo modo isso se passa actualmente, e, depois de Praga, numa escala quase pan-europeia.

Por maioria de razão devem os membros da União - e mais ainda Portugal, cuja plena adaptação do aparelho militar ao quadro geral da Nato e das exigências das suas próprias prioridades no capítulo da segurança e defesa não se completou ainda, longe disso - reponderar quer a planificação de forças quer a programação de aquisições numa lógica europeia de colaboração e, a prazo, de repartição de tarefas e racionalização de gastos, que recomenda um certo grau de especialização. Nem os orçamentos nacionais toleram outro tipo de solução, nem os interesses maioritariamente comuns - para não falar já dos deveres e das vantagens da solidariedade - a justificam.

Traçar orientações para uma abordagem em que a colaboração intraeuropeia - inclusive em matéria de programação militar e, frontalmente, na questão melindrosa do *procurement* -, seja tomada como um ponto de partida e não um ponto de chegada, independentemente do organismo e dos mecanismos e estruturas em que se organiza e desenvolve, é um ponto fulcral para que a política europeia de defesa tenha real sustentação e praticabilidade. Uma correcta visão da problemática que se pretende desenvolver, ou seja, a relação entre a defesa nacional (melhor, as defesas nacionais), a defesa europeia e a relação de ambas com a Aliança Atlântica, cuja complementaridade quase absoluta se argumenta, exige a focalização dos seguintes aspectos:

- . Estabilização em segurança, no essencial, do continente europeu, aliada à ausência de ameaça militar provável ao território dos seus membros, que vocaciona tanto a União Europeia e os seus membros como a Nato para a produção/exportação de segurança pela prevenção/gestão de crises e pela prática da cooperação

. Convergência ou mesmo coincidência, no essencial, das prioridades e dos interesses de segurança dos países europeus, membros e não membros da Nato - a «vontade de convergência» e a «vontade de defesa» dos novos membros da Nato, futuros a breve prazo da União (o espaço europeu tende para a convergência, com algumas «ilhas» de permeio, entre o perímetro da União Europeia e da Nato), compensarão possivelmente o seu maior apego a critérios «defensivos» ou de «produção de segurança para dentro», traduzindo-se num duplo reforço (extensão) e não num enfraquecimento da defesa europeia.

- A recentragem sobre si mesmos, a crispação securitária e unilateralista e a adopção da estratégia preventiva por parte dos Estados Unidos cria uma diferença importante em relação aos aliados europeus que está na génese da actual «crise de identidade da Nato», que coincide, não por acaso, com o seu quinto (sexto, aliás) alargamento.
- Não há política externa e muito menos política de segurança, não há real possibilidade de a União Europeia assumir um papel mundial que os seus parceiros nas mais diversas regiões do mundo consideram desejável porque reconhecem como diferente do dos Estados Unidos, sem uma política de defesa e um instrumento militar com credibilidade.
- Porque se reconhece que nem sempre esta se poderá fazer, nos seus instrumentos mais diversos, desde a política de armamento à intervenção militar, face à probabilidade de da Convenção e da conferência intergovernamental que se lhe seguirá resultar a absoluta predominância do intergovernamental, será possivelmente necessário levantar a interdição que o TUE estipula à figura da cooperação reforçada no domínio da defesa, e introduzir uma «geometria variável» nesta matéria, que muitos consideram aliás como campo de aplicação privilegiado da cooperação reforçada.

Em conclusão e em síntese, a defesa europeia, no seu actual figurino, está longe do «exército europeu» que se pretendia quando o projecto de CED soçobrou em 1954. A coincidência de prioridades dos vários países europeus, a pouca sustentação pública que tem o aumento individual do esforço de defesa, e o efeito perverso - de sinal positivo, entenda-se - da «guerra» contra o terrorismo, combinar-se-ão talvez para que a Europa da defesa, à medida que se for fazendo, vá assumindo progressivamente a vocação de colectivo que ainda não tem.